

CONCURSO PÚBLICO PARA
PROVIMENTO DO CARGO DE**CONSULTOR JURÍDICO****LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto abaixo transcrito e, em seguida, responda às questões a ele referentes:

É ético fazer a cabeça de nossos alunos?

Alguns dos livros de história mais usados nas escolas brasileiras carregam na ideologia, que divide o mundo entre os capitalistas malvados e os heróis da resistência

As aulas voltaram, por estas semanas, e decidi tirar a limpo uma velha questão: há ou não doutrinação ideológica em nossos livros didáticos? Para responder à pergunta, analisei alguns dos livros de história e sociologia mais adotados no país. Entre os dez livros que analisei, não encontrei, infelizmente, nenhum "pluralista" ou particularmente cuidadoso ao tratar de temas de natureza política ou econômica.

O viés político surge no recorte dos fatos, na seleção das imagens, nas indicações de leituras, de filmes e de *links* culturais. A coisa toda opera à moda *Star wars*: o lado negro da força é a "globalização neoliberal". O lado bom é a "resistência" do Fórum Social Mundial, de Porto Alegre, e dos "movimentos sociais". No Brasil contemporâneo, Fernando Henrique Cardoso é Darth Vader, Lula é Luke Skywalker.

No livro *Estudos de história*, da Editora FTD, por exemplo, nossos alunos aprenderão que Fernando Henrique era neoliberal (apesar de "tentar negar") e seguiu a cartilha de Collor de Melo; e que os "resultados dessas políticas foram desastrosos". Em sua época, havia "denúncias de subornos, favorecimentos e corrupção" por todos os lados, mas "pouco se investigou".

Nossos adolescentes saberão que "as privatizações produziram desemprego" e que o país assistia ao aumento da violência urbana e da concentração de renda e à "diminuição dos investimentos". E que, de quebra, o MST pressionava pela reforma agrária, "sem sucesso".

Na página seguinte, a luz. Ilustrado com o decalque vermelho da campanha "Lula Rede Brasil Popular", o texto ensina que, em 2002, "pela primeira vez" no país, alguém que "não era da elite" é eleito presidente. E que, "graças à política social do governo Lula", 20 milhões de pessoas saíram da miséria. Isso tudo fez a economia crescer e "telefones celulares, eletrodomésticos sofisticados e computadores passaram a fazer parte do cotidiano de milhões de pessoas, que antes estavam à margem desse perfil de consumo".

Na leitura seguinte, do livro *História geral e do Brasil*, da Editora Scipione, o quadro era o mesmo. O PSDB é um partido "supostamente ético e ideológico" e

os anos de Fernando Henrique são o cão da peste. Foram tempos de desemprego crescente, de "compromissos com as finanças internacionais", em que "o crime organizado expandiu-se em torno do tráfico de drogas, convertendo-se em poder paralelo nas favelas".

Com o governo Lula, tudo muda, ainda que com alguns senões. Numa curiosa aula de economia, os autores tentam explicar por que a "expansão econômica" foi "limitada": pela adoção de uma "política amigável aos interesses estrangeiros, simbolizada pela liberdade ao capital especulativo"; pela "manutenção, até 2005, dos acordos com o FMI" e dos "pagamentos da dívida externa".

O livro *História conecte*, da Editora Saraiva, segue o mesmo roteiro. O governo Fernando Henrique é "neoliberal". Privatizou "a maioria das empresas estatais" e os US\$ 30 bilhões arrecadados "não foram investidos em saúde e educação, mas em lucros aos investidores e especuladores, com altas taxas de juros". A frase mais curiosa vem no final: em seu segundo mandato, Fernando Henrique não fez "nenhuma reforma" nem tomou "nenhuma medida importante". Imaginei o presidente deitado em uma rede, enquanto o país aprovava a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), o fator previdenciário (1999) ou o Bolsa Escola (2001).

No livro *História para o ensino médio*, da Atual Editora, é curioso o tratamento dado ao "mensalão". Nossos alunos saberão apenas que houve "denúncias de corrupção" contra o governo Lula, incluindo-se um caso conhecido como mensalão, "amplamente explorado pela imprensa liberal de oposição ao petismo".

Sobre a América Latina, nossos alunos aprenderão que o Paraguai foi excluído do Mercosul em 2012, por causa do "golpe de Estado", que tirou do poder Fernando Hugo. Saberão que, com a eleição de Hugo Chávez, a Venezuela torna-se o "centro de contestação à política de globalização da economia liderada pelos Estados Unidos". Que "a classe média e as elites conservadoras" não aceitaram as transformações produzidas pelo chavismo, mas que o comandante "conseguiu se consolidar". Sobre a situação econômica da Venezuela, alguma informação? Algum dado crítico para dar uma equilibrada e permitir aos alunos que formem uma opinião? Nada.

Curioso é o tratamento dado às ditaduras da América Latina. Para os casos da Argentina, Uruguai e Chile, um capítulo (merecido) mostrando os horrores do autoritarismo e seus heróis: extratos de *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano; as mães da Praça de Maio, na Argentina; o músico Víctor Jara, executado pelo regime de Pinochet. Tudo perfeito.

Quando, porém, se trata de Cuba, a conversa é inteiramente diferente. A única ditadura que aparece é a

de Fulgêncio Batista. Em vez de filmes como *Antes do anoitecer*, sobre a repressão ao escritor homossexual Reynaldo Arenas, nossos estudantes são orientados a assistir a *Diários de Motocicleta*, *Che* e *Personal Che*.

As restrições do castrismo à "liberdade de pensamento" surgem como "contradições" da revolução. Alguma palavra sobre os balseiros cubanos? Alguma fotografia, sugestão de filme ou link cultural? Alguma coisa sobre o paredón cubano? Alguma coisa sobre Yoane Sánchez ou as Damas de Branco? Zero. Nossos estudantes não terão essas informações para produzir seu próprio juízo. É precisamente isso que se chama ideologização.

A doutrinação torna-se ainda mais aguda quando passamos para os manuais de sociologia. Em plena era das sociedades de rede, da revolução maker, da explosão dos *coworkings* e da economia colaborativa, nossos jovens aprendem uma rudimentar visão binária de mundo, feita de capitalistas malvados *versus* heróis da "resistência". Em vez de encarar o século XXI e suas incríveis perspectivas, são conduzidos de volta à Manchester do século XIX.

Superar esse problema não é uma tarefa trivial. Há um "mercado" de produtores de livros didáticos bem estabelecido no país, agindo sob a inércia de nossas editoras e a passividade de pais, professores e autoridades de educação. Sob o argumento malandro de que "tudo é ideologia", essas pessoas prejudicam o desenvolvimento do espírito crítico de nossos alunos. E com isso fazem muito mal à educação brasileira.

Artigo escrito pelo filósofo Fernando L. Schüler. Revista *Época*. Edição de 07 de março de 2016. Número 925

1. Considerado na sua totalidade, qual é o tema central do texto?

- a A visão binária de ver o mundo é positiva no processo educacional
- b A doutrinação é um procedimento relevante ao processo educacional.
- c A abordagem temática da disciplina História precisa ser revista.
- d A abordagem temática da disciplina Sociologia precisa ser revista.
- e A suposta ideologização que impregna os livros didáticos utilizados nas escolas do sistema educacional brasileiro.

2. Qual é o foco narrativo do texto?

- a primeira pessoa do plural
- b primeira pessoa do singular
- c terceira pessoa do singular
- d terceira pessoa do plural
- e segunda pessoa do singular

3. O texto em evidência, predominantemente, é:

- a narrativo
- b descritivo
- c dissertativo
- d nostálgico

e jornalístico

4. Marque a opção **CORRETA**, de acordo com o texto:

- a A doutrinação, dominante nos livros didáticos utilizados nas escolas do Brasil, se contrapõe à visão binária do mundo.
- b As abordagens dos livros de História são imparciais.
- c As abordagens dos livros de Sociologia são imparciais.
- d A ideologização é fenômeno ausente nos livros de História.
- e O viés ideológico inexistente nas abordagens dos livros didáticos brasileiros.

5. Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o texto:

- a O artifício de usar a doutrinação ideológica nos livros didáticos de História e de Sociologia é premeditado e corretamente empregado para propiciar a polarização das forças políticas no Brasil.
- b A pesquisa desenvolvida pelo narrador não dirimiuiu, plenamente, sua dúvida inicial.
- c A visão plural é uma das marcas que caracteriza os livros de História e Sociologia.
- d A doutrinação ideológica está presente na maioria dos livros didáticos adotados pelas escolas do sistema educacional brasileiro.
- e O autor é um doutrinário ideológico das teses defendidas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

6. Marque a opção **CORRETA**, de acordo com o texto:

- a Apenas alguns dos livros pesquisados pelo narrador apresentaram as distorções por ele destacadas.
- b O narrador aprova o método utilizado pelos livros didáticos pesquisados.
- c A adoção dos livros explicitados no texto elevou o padrão qualitativo do aprendizado dos estudantes.
- d Há sectarismo e predileções políticas nos textos dos livros, que induzem a um aprendizado deturpado dos estudantes.
- e As teses do narrador se coadunam com o pensamento dos autores dos livros destacados.

7. Releia o trecho e, em seguida, responda ao que se pede: "Imaginei o presidente deitado em uma rede, enquanto o país aprovava a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), o fator previdenciário (1999) ou o Bolsa Escola (2001)." Que tipo de figura de linguagem é possível identificar nesse trecho?

- a ironia
- b paráfrase
- c metáfora
- d metonímia
- e catacrese

8. Os pares "doutrinação ideológica / visão binária" e "globalização neoliberal / resistência", do ponto de vista semântico, apresentam:

- a homografia
- b homofonia
- c paronímia
- d sinonímia
- e antonímia

9. Releia a passagem e responda: "Com o governo Lula, tudo muda, ainda que com alguns senões." Aponte um sinônimo (uma palavra ou expressão) para a palavra destacada:

- a erros crassos
- b leves equívocos
- c danos irreversíveis
- d erros incontornáveis
- e acertos

A passagem adiante servirá de base para as próximas **questões 10 e 11**:

"Curioso é o tratamento dado às ditaduras da América Latina. Para os casos da Argentina, Uruguai e Chile, um capítulo (merecido) mostrando os horrores do autoritarismo e seus heróis: extratos de *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano; as mães da Praça de Maio, na Argentina; o músico Víctor Jara, executado pelo regime de Pinochet. Tudo perfeito."

10. A palavra destacada entre parênteses, "merecido", indica o seguinte:

- a o narrador está ironizando, ao registrar o qualificativo
- b o narrador discorda frontalmente do conteúdo
- c o narrador concorda com o teor do capítulo
- d o adjetivo faz parte do capítulo
- e o adjetivo nada significa, propriamente

11. A segunda palavra sublinhada, horrores, apresenta, de acordo com as normas vigentes no sistema ortográfico da língua portuguesa:

- a ditongo
- b dígrafo
- c hiato
- d tritongo
- e quatro sílabas

12. Releia a passagem e responda: "Quando, porém, se trata de Cuba, a conversa é inteiramente diferente." A conjunção sublinhada estabelece uma relação de:

- a negação
- b finalidade
- c consequência
- d concessão

e adversidade

13. O título do texto é "É ético fazer a cabeça de nossos alunos?" Encontre, dentre os vocábulos abaixo, um sinônimo para a expressão sublinhada:

- a sondar
- b perquirir
- c manipular
- d censurar
- e dominar

A passagem a seguir servirá de base para as **questões 14 e 15**.

"E que, de quebra, o MST pressionava pela reforma agrária, "sem sucesso"."

14. De acordo com as normas vigentes no sistema ortográfico da língua portuguesa, as palavras sublinhadas "quebra" e "sucesso", respectivamente, apresentam:

- a encontro consonantal e dígrafo
- b hiato e dígrafo
- c dígrafo e encontro consonantal
- d encontro consonantal e hiato
- e dígrafo e hiato

15. De acordo com as regras de acentuação gráfica, a palavra sublinhada agrária é:

- a polissílabo
- b paroxítona terminada em ditongo crescente
- c oxítona terminada em A
- d oxítona terminada em IA
- e metafórica

ESPECÍFICA

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. Os contratos administrativos, típicos, percebem a presença das seguintes características, com exceção:

- a defesa do interesse público;
- b igualdade entre as partes;
- c aplicação dos princípios e normas do direito público;
- d mutabilidade
- e desigualdade entre as partes.

17. A licitação é a regra para a Administração, conforme art. 37, XXI da Constituição Federal de 1988, salvo os casos ressalvados em lei. Dentre as opções é exceção a regra.

- a Pregão;
- b Concorrência;
- c Inexigibilidade;
- d Concurso;
- e Convite.

18. Poder conferido ao Administrador, em regra, chefe do Poder Executivo, para a edição de normas complementares à lei, permitindo a sua fiel execução. Estamos falando do Poder:

- a hierárquico;
- b regulamentar;
- c disciplinar;
- d polícia;
- e discricionário.

19. A competência para legislar, privativamente, sobre a Desapropriação é:

- a municipal;
- b estadual;
- c união
- d cada ente federativo;
- e NRA (nenhuma resposta anterior).

DIREITO CONSTITUCIONAL

20. No que se refere ao tema "das funções essenciais da Justiça", analise as afirmativas abaixo.

- I. A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- II. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado sendo-lhe garantida sua autonomia funcional e administrativa, nos limites constitucionais estabelecidos.
- III. A Constituição Republicana de 1988 assegura ao advogado a inviolabilidade de todos os seus atos e manifestações, desde que no exercício de sua profissão.

Assinale a alternativa correspondente a uma correta análise nos termos constitucionais.

- a Apenas a afirmativa III está incorreta.
- b Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c Apenas as afirmativas I e II estão incorretas.
- d Todas as afirmativas estão corretas.
- e Apenas a afirmativa II está correta.

21. Segundo a CRFB, a instituição de diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos é uma competência:

- a comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- b concorrente da União e Estados-Membros.
- c concorrente dos Estados e Municípios.
- d exclusiva da União.
- e privativa dos Municípios.

22. Por força do pacto federativo consolidado na atual Constituição Republicana brasileira, o instituto da intervenção federal poderá ser utilizado apenas em casos excepcionais constitucionalmente estabelecidos. Desta forma, é possível a intervenção da União nos Municípios:

- a para o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
- b para prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial.
- c quando o Município deixar de pagar, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- d quando o Município estiver localizado em Território Federal e não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- e quando o Município não tiver aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

23. Sobre a organização político-administrativa do Estado brasileiro, é INCORRETO afirmar que:

- a a Constituição Federal Republicana do Brasil expressamente proíbe a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios de recusar fé aos documentos públicos e, ainda, de criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- b compete comumente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público e a proteção aos documentos, às obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, aos monumentos, às paisagens naturais notáveis e aos sítios arqueológicos.
- c compete exclusivamente à União decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal.
- d nenhum Município pode ter menos que 9 (nove) ou mais que 55 (cinquenta e cinco) vereadores.
- e os Estados e Municípios podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, no caso dos Estados-Membro, ou novos Municípios, em relação aos mesmos, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

DIREITO CIVIL

24. Sobre os negócios jurídicos, a única alternativa falsa é:

- a declarações de vontade que impliquem em transferência de propriedade de bens devem sempre ser realizadas por instrumento público.
- b Um negócio jurídico pode ser realizado beneficiando um parente ainda não concebido

- c Se o texto da declaração de vontade soar obscuro ou duvidoso, o intérprete tem por obrigação buscar a intenção real do declarante.
- d Os negócios jurídicos que impliquem diretamente na transferência patrimonial de imóveis poderão ser realizados por meio de instrumento público.
- e É possível realizar negócio jurídico cujo objeto só possa ser concretizado em momento determinado no futuro.

25. Sobre atos ilícitos não é correto afirmar que:

- a Um ato ilícito pode decorrer de uma conduta omissiva
- b Caso uma pessoa danifique um imóvel de terceiro com vistas a evitar a expansão de um incêndio, ainda assim poderá ter que indenizar os danos derivados dos excessos que cometeu em sua conduta.
- c Um ato realizado na forma da lei que ultrapasse os limites de suas finalidades econômicas e sociais, ainda assim é considerado lícito.
- d Uma pessoa para evitar ser agredida injustamente, danifica bem do agressor. A conduta dessa pessoa não é considerada ilícita
- e No ato ilícito equiparado a conduta inicia-se lícita mas pelo excesso em seu exercício torna-se ilícito

26. Sobre prescrição, podemos afirmar que:.

- a o prazo prescricional ficará suspenso quando o titular do direito subjetivo for pessoa idosa com idade superior a 70 anos.
- b a condição de relativamente incapaz tem o condão de suspender os efeitos dos prazos prescricionais
- c uma pessoa em estado de coma, internada em hospital, terá o benefício da suspensão dos prazos prescricionais que contra ela corram.
- d O despacho judicial de juiz incompetente determinando a citação não tem o poder de interromper a prescrição.
- e somente aquelas pessoas titulares do direito subjetivo poderão requerer a interrupção da prescrição.

27. Sobre a responsabilidade civil é correto afirmar, exceto:

- a o dever de indenizar tem natureza sucessível, obrigando herdeiros.
- b existe independência entre a responsabilidade civil e a responsabilidade penal.
- c a culpa é elemento essencial na responsabilidade Aquiliana
- d a Teoria da Culpa embasa a responsabilidade civil objetiva, enquanto a Teoria do Risco é a base da responsabilidade civil subjetiva
- e O empregador, o curador, o tutor e os pais podem ser responsabilizadas por indenizar os danos causados a terceiro respectivamente pelos funcionários, curatelados, tutelados e filhos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

28. Tomando por base o antigo CPC, é incorreto afirmar que:

- a Excepcionalmente, uma pessoa pode postular em juízo, em nome próprio, direito de outrem
- b Uma pessoa casada para propor uma ação que verse sobre um usufruto imobiliário precisa da autorização do cônjuge
- c Caso um relativamente incapaz busque a justiça para discutir questões contrárias aos interesses dos representantes legais, o juiz deverá nomear-lhe um tutor especial.
- d A recusa de outorga da mulher, sem justo motivo, pode não impedir o exercício do direito de ação, desde que haja suprimento judicial.
- e O curador é o representante em juízo da herança jacente e vacante.

29. O Ministério público obrigatoriamente deve intervir nas seguintes ações, exceto:

- a quando forem partes pessoas interditadas;
- b nas execuções fiscais;
- c nas ações que sejam partes menores;
- d nos divórcios, mesmo consensuais, em que o casal tenha filhos menores
- e nas ações de cumprimento de testamento

30. Sobre as provas processuais, é correto afirmar:

- a as partes somente podem ser interrogadas sobre os fatos da causa pelo Juiz depois do prazo da defesa do réu
- b é ônus do autor comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito nos autos
- c um médico não é obrigado a depor em processo acerca de fatos que tenha conhecimento em razão de seu exercício profissional
- d a listagem de provas admitidas pelo CPC é considerada exaustiva
- e mesmo quando declarada autêntica pelo advogado da causa e não impugnada, ainda assim uma cópia dos próprios autos não tem a mesma força probatória de um documento original

31. Das assertivas abaixo, versando sobre recursos, não é correto afirmar que:

- a Os embargos de declaração são interpostos perante o juízo *a quo*.
- b Regra geral, a apelação é recebida apenas em efeito devolutivo
- c A apelação é interposta perante o juízo *a quo*, que realizará o juízo de admissibilidade
- d A interposição de embargos declaratórios suspende o prazo para interposição de outros recursos
- e o recurso contra os efeitos do recebimento de uma apelação é o agravo de instrumento.

32. Identifique dentre as sentenças abaixo aquela que se coaduna com as normas do CPC/73

- a** Uma medida cautelar requerida nos autos não poderá ser substituída por outro tipo de garantia ou medida sem a anuência do autor da ação
- b** Mesmo quando indeferida a medida liminar cautelar em sede preparatória, a parte deverá ingressar com a ação principal no prazo de 30 dias a contar da intimação da decisão que indeferiu a tutela emergencial.
- c** Havendo prestação de caução idônea pela parte postulante, o juiz concederá o arresto sem necessidade de justificação prévia
- d** Não havendo menores ou incapazes não é obrigatória a intervenção do Ministério Público nas ações de usucapião de terras particulares
- e** Uma ação foi julgada procedente em primeiro grau. Em grau de recurso apelatório a sentença foi mantida, em decisão não unânime, com um voto divergente entre os Desembargadores. Nesse contexto, o recurso cabível para a modificação do julgado são os Embargos de Infringentes

DIREITO TRIBUTÁRIO

33. Assinale a alternativa correta:

- a** o art. 156 da CF/88 estabelece a competência para que o município institua IPTU, ITBI e ISS.
- b** o art. 156 da CF/88 estabelece a competência para que o município institua IPTU, ITBI, ISS e IR.
- c** o art. 156 da CF/88 estabelece a competência para que o município institua IPTU, ITBI, ISS e IOF.
- d** o art. 156 da CF/88 estabelece a competência para que o município institua IPTU, ITBI, ISS e IGF.
- e** o art. 156 da CF/88 estabelece a competência para que o município institua IPTU, ITBI, ISS e Taxas.

34. Sobre o ISS assinale a alternativa correta

- a** o ISS incide nas exportações de serviços para o exterior, sem nenhuma exceção.
- b** o ISS é um tributo de competência constitucional, em sua instituição, da União Federal.
- c** o ISS tem tratamento legal na Lei Complementar Federal n. 116 de 31 de julho de 2003.
- d** o ISS é um tributo de competência constitucional, em sua instituição, do Estado da Paraíba.
- e** o ISS tem tratamento legal na Lei Complementar Federal n. 101 de 04 de maio de 2000.

35. Assinale a alternativa correta:

- a** a base de cálculo do ISS é o preço do serviço.
- b** a base de cálculo do ISS é o valor de um bem móvel.
- c** a base de cálculo do ISS é o valor de um bem imóvel.

- d** a base de cálculo do ISS não é o valor do preço do serviço.
- e** a base de cálculo do ISS é o valor total dos bens deixados em herança.

DIREITO PENAL

36. Sobre os crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, assinale a alternativa incorreta:

- a** Na hipótese da prática do crime de peculato culposo, se o sujeito ativo da conduta proceder com a reparação do dano antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, fará jus o agente a prolação de sentença declaratória de extinção da punibilidade em seu favor.
- b** O funcionário público quando deixa de praticar ato de ofício cedendo a pedido de outrem, pratica o crime de corrupção passiva privilegiada.
- c** O dispositivo penal que trata do crime de concussão prevê a figura do excesso de exação, sendo esta praticada quando o funcionário público exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, não autorizado pela lei.
- d** O funcionário que esteja no gozo de férias, fora de suas funções, pode figurar como sujeito ativo do crime corrupção passiva, desde que solicite ou receba, para si ou para outrem, vantagem indevida em razão de sua função.
- e** Constitui circunstância agravante a ser observada na segunda fase de fixação da pena, o fato de ter o sujeito ativo (funcionário público) praticado crime contra a administração em geral, quando for ocupante de cargo em comissão de órgão da administração direta.

37. No pertinente a ilicitude (antijuridicidade), assinale a alternativa correta:

- a** A embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, exclui a ilicitude da conduta praticada pelo agente, isentando o mesmo de pena.
- b** Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual e iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- c** A sentença penal que reconhece a legítima defesa, em regra, não faz coisa julgada no âmbito cível.
- d** Sendo verificada a existência de excludente de ilicitude pela análise do auto de prisão em flagrante, poderá o magistrado conceder liberdade provisória em favor do autuado, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais, sob pena de revogação.
- e** Demonstrada a existência de causa excludente de ilicitude, não é cabível a responsabilidade penal do agente pelo excesso doloso ou culposos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

38. Em relação à competência em processo penal, é correto afirmar que

- a** A competência será determinada pela continência quando a prova de uma infração penal ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir a formação de prova de outra infração penal.
- b** A inobservância do instituto da prevenção na determinação da competência provoca o reconhecimento de nulidade absoluta.
- c** Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.
- d** Na hipótese em que a ação penal for de iniciativa pública, não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do ofendido.
- e** na determinação da competência por conexão ou continência, no concurso entre a jurisdição especial e a comum, prevalecerá a comum.

39. Sobre ação penal, é incorreto afirmar que:

- a** Na ação penal privada propriamente dita, na hipótese de morte do ofendido, o direito de prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- b** Nos crimes de ação penal pública, o Ministério Público dispensará o inquérito policial, se com a representação que lhe for dirigida forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, nesse caso, oferecerá a denúncia no prazo de 15 (quinze) dias.
- c** A denúncia será rejeitada quando não houver lastro probatório mínimo (justa causa).
- d** Nos crimes de ação penal privada, a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estende, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.
- e** A renúncia tácita e o perdão tácito admitirão todos os meios de prova.

40. Sobre o princípio de vedação de autoincriminação, passemos a analisar as seguintes assertivas:

- I. O direito ao silêncio se aplica a testemunha, ante a indagação de autoridade pública de cuja resposta possa advir imputação da prática de crime ao declarante.
- II. O indiciado em inquérito policial ou acusado em processo criminal pode ser compelido pela autoridade a fornecer padrões vocais para a realização de perícia sob pena de responder por crime de desobediência.

III. O acusado em processo criminal tem o direito de permanecer em silêncio, sendo certo que o silêncio não importará em confissão, mas poderá ser valorado pelo juiz de forma desfavorável ao réu.

IV. O STF já pacificou entendimento de que é lícito ao juiz aumentar a pena do condenado, utilizando como justificativa o fato do réu ter mentido em juízo, dada a reprovabilidade de sua conduta.

Assinale:

- a** Se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b** Se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- c** Se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- d** Se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- e** Se apenas a afirmativa I estiver correta.